

-----ACTA 29/2010-----

-----Da Reunião Extraordinária de 15 de Dezembro de 2010-----

-----Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo dez horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011, conforme alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

-----O Senhor Presidente fez uma breve apresentação do documento, referindo que o mesmo tem um conjunto de investimentos que o satisfazem, tem um conjunto de acções que abrangem todas as Freguesias, e ainda um conjunto de obras a levar a efeito pelas Águas do Ribatejo. Salientou ainda o facto de neste Orçamento se terem cortado algumas despesas, nomeadamente nas comemorações das "Festas da Cidade" e no Certame "Pão Vinho & Companhia".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo usou da palavra e fez a seguinte intervenção:-----

-----"Quero começar por dizer, que o que importa tratar é a natureza política do documento. Sendo este um documento provisional, que tem como objectivo comunicar à população o que é que a Câmara se propõe fazer, quais os seus propósitos e ainda criar uma mobilização à sua volta.-----

-----O primeiro comentário que tenho a fazer é que o documento não é suficientemente audaz, não tem objectivos que levem à galvanização nem da população nem dos funcionários da Autarquia. Volto a dizer, é muito fraco de objectivos.-----

-----Noto que o documento trata de maneira muito intensiva os apoios à juventude, terceira idade, actividades culturais e recreativas, e deixa somente um quarto de pagina respeitante ao desenvolvimento económico. "Vira as costas" aos nossos industriais, comerciantes, agricultores e aos milhares de pessoas que nos visitam pelo factor restauração.-----

-----O Orçamento não tem objectivos estratégicos, o que é lamentável, para mais nesta altura que o país atravessa, em que se deve ter em conta todo o apoio ao desenvolvimento económico. Não há estratégia para esta situação!.-----

-----Em relação à nota de abertura, é claro que o Presidente tem de colocar todas as Freguesias do Concelho, no entanto reparo que a Raposa fica muito, muito aquém das outras. Menciona as obras das Águas do Ribatejo, porque são de relevância, mas por outro lado, temos os preços da água muito caros. Mais, foi referido pelo Engenheiro Moura de Campos que as Águas vão aumentar 10%, o que é uma violência e com a qual estou em desacordo. Sei que é a entidade reguladora que recomenda aos Municípios o aumento do preço, mas só recomenda, não obriga que aumente. A EPAL, por exemplo, está muito mais longe dos seus clientes, não tem as responsabilidades da Câmara e não vai aumentar o preço da água. Penso que o Senhor Presidente com a sua posição nas Águas do Ribatejo, tem boas condições para que não se aumente o preço."-----

-----O Senhor Presidente respondeu que mesmo nos casos em que não se aumenta o preço da água, os prejudicados serão sempre os mesmo, ou seja, as famílias. Esclareceu ao Vereador Aranha Figueiredo, de que a proposta para aumento da água era muito mais alta, mas que pelo seu voto e do Presidente de outra Autarquia, o mesmo ficou nesta tabela, ao que o Vereador Aranha solicitou para que fizesse mais um esforço no sentido de baixar mais, para não prejudicar os Municípios.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que o Orçamento tem uma lacuna, não tem objectivos económicos e usou a seguinte expressão:" É um pacho quente, para uma doença que carece de antibiótico forte", que tem em vista as próximas eleições, e devia ter em vista as próximas gerações.-----

-----Continuou o mesmo Autarca frisando as suas preocupações, relativas a que, fosse assumido que a água é para ser 100% publica, as funções sociais não são exclusivas do Senhor Presidente, em relação à contabilidade que refere estar estabilizada, quando na verdade não está em vigor a contabilidade analítica; questionou sobre os desfibriladores e ainda a falta de uma estrutura formal aprovada, do Município, questão esta que levou Reunião do Executivo.-----

-----Focou o facto de em relação aos números, o orçamento ter um valor inferior de 2 milhões de euros em relação ao ano corrente, com venda de Património e das receitas virem inflacionadas. Perguntou "Como é que aparece uma receita de 300 mil euros? tem a ver com vendas de bens e investimentos, ou refere-se apenas aos lotes da Zona Industrial? Ou se se pretende vender outro património, neste caso, qual?".-----

-----De seguida usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, começando por dizer que lamenta esta convocatória que não refere que a sessão é pública, e ainda lamentar a escolha do dia e da hora da reunião e o prazo com que a documentação foi

entregue.-----

-----O mesmo Autarca leu de seguida o que será a Declaração de Voto do MICA, Movimento Independente do Concelho de Almeirim, que vota contra este Orçamento:-----

-----"Aos autarcas é exigido não só o rigor e a transparência nas suas actividades, como o dever em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos e em matéria de prossecução do interesse público, sendo de ressaltar que é expressamente exigido aos eleitos locais "a observação escrupulosa das normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem".-----

-----Assim não temos qualquer dúvida de que "compete ao executivo da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, elaborar a proposta de Orçamento e apresentá-la à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da al. b) do nº 2 do art. 53º daquele diploma. Por sua vez, o ponto 3.3 do POCAL3 contém as regras a observar na elaboração deste instrumento provisional.-----

-----Assim é mais uma vez, de todo lamentável, a clara violação das normas legais, em completo desrespeito pelas Leis, nomeadamente:-----

-----1. Não foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição que nos termos da Constituição e da lei, traduzida na actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas (artigo 1.º e nº 1 do artigo 2.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98). Este direito de oposição das minorias integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei (nº 2 do artigo 2.º do Estatuto do Direito de Oposição) sendo, no âmbito das autarquias locais, a sua titularidade reconhecida aos partidos políticos e aos grupos de cidadãos eleitores representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, que não estejam representados no correspondente órgão executivo, e aos partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores que estejam representados nas câmaras municipais, desde que nenhum

dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas (nº1, 2 e 3 do artigo 3.º do Estatuto do Direito de Oposição); Ora sabemos que a violação do direito de oposição configura, no âmbito da Teoria Geral do Acto Administrativo, um vício de forma, sancionável, em sede de consequências jurídicas, pela anulabilidade (Cfr. Artº 135º do CPA). É por isso que, a não ser sanada esta violação podem vir a padecer todas deliberações sobre matéria de competência da Câmara Municipal impugnáveis do vício de forma, as mesmas são anuláveis. O MICA considera que ao não lhe terem sido solicitadas sugestões para o Plano e Orçamento, já elaborado, os documentos apresentados padecem desta ilegalidade.-----

-----2. Não nos foi entregue a informação sobre a respectiva situação económica e financeira (alínea d) do nº 3 do Artigo 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro) - que constitui o relatório semestral do auditor externo, o que torna impeditivo uma avaliação rigorosa e séria da situação económica e financeira da Câmara Municipal;-----

-----3. Não nos foi presente o "MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS" até esta data, o que não nos permite poder avaliar a correcção e rigor dos elementos económicos e financeiros insertos nos instrumentos de gestão previsional que aqui hoje nos são presentes;-----

-----4. Não nos foi presente um ORÇAMENTO PREVISIONAL DE TESOURARIA para podermos aferir não só da capacidade para solver os compromissos já assumidos e a assumir como o modo como vão ser financiados.-----

-----Consideramos que a reiterada violação da Lei se fica a dever, não só ao completo desrespeito do presidente da câmara pela população de Almeirim, mas também à completa ineficácia e ineficiência dos órgãos tutelares, que ao longo destes anos nada tem feito para reposição da legalidade neste Município, ao permitir a continuidade da inobservância da legalidade e do desrespeito pelos órgãos legitimamente eleitos pelo voto

popular, como resultado de uma classe de caciquismo maléfico que tem minado toda a vida política, social e económica do nosso Concelho e que tem conduzido ao empobrecimento e endividamento do nosso Município em prejuízo da sua população.-----

-----PARA ALÉM DESTAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DA LEI, podemos constatar de que se trata de documentos pouco rigorosos, com graves erros e omissões, que não obstante o cenário de crise, um aumento de despesas e dos impostos municipais que irá acentuar a transferência dos sectores produtivos para os improdutivos e consagrar o desperdício de recursos e meios, como continuidade do "empobrecimento e endividamento escandaloso do Município". Trata-se de um "orçamento" marcado pela mistificação e pelo ilusionismo podemos mesmo considerar-se um "orçamento e plano de actividades orçamentais ocultos", ao "vender" "ideias de obras", quando de facto se trata de um "orçamento de gestão de compromissos estruturais e de funcionamento municipal" que cada vez está mais pobre e endividada.-----

-----Será mais um "pseudo-orçamento" que ao longo do ano vai ser "objecto de inúmeras alterações" decorrente de não ser garantido a sua fiabilidade, rigor e legalidade.-----

-----De qualquer modo anotamos algumas situações que denotam não só a incapacidade de gestão que tem contribuído decisivamente para o atraso no desenvolvimento de Almeirim, como o verdadeiro embuste de inverdades e ilegalidades que constituem estes "documentos".-----

-----Ao contrário dos compromissos assumidos pelo senhor presidente da câmara, temos assistido a brutais aumentos da água e do saneamento, bem como de todas as taxas municipais para toda a população e em especial para os mais necessitados reformados e aposentados que perderam as regalias que sempre tiveram no nosso Concelho, enquanto para remuneração dos autarcas é proposto um aumento de mais de 27,2% em comparação com 2009 e para as despesas com pessoal está previsto um decréscimo de apenas 2,4%, apesar de ter sido cedido as receitas da água e saneamento às

Águas do Ribatejo, prejudicando deste modo Almeirim e a sua população.-----

-----Anotamos que a Câmara de Almeirim vai receber de transferência do orçamento de estado cerca de 5 509 507 euros, dos quais 1 877 092 euros são para despesas de capital, isto é para investimentos, ora estando previsto para despesas com pessoal o valor de 5 517 700 euros, torna-se claro que os 3 632 415 euros não são suficientes para suportar os pagamentos dos salários, tendo a câmara que recorrer às receitas dos impostos municipais e ao endividamento bancário para poder garantir os salários dos seus trabalhadores. Acresce ainda que o serviço da dívida que a Câmara já tem atingirá em 2011 mais de 800 mil euros, em encargos com juros e amortizações a que há que considerar a rotação da dívida a curto prazo de mais de 1,4 milhões de euros o que totalizará mais de 2,2 milhões de euros de encargos anuais com a dívida. Em resumo considerando que os custos totais de funcionamento da Câmara Municipal deve atingir cerca de 18 milhões de euros e sendo transferido apenas do orçamento do estado, cerca de 5,5 milhões, torna-se claro que os restantes 12,5 milhões de euros serão suportados pelos escandalosos aumentos das taxas municipais e pelo recurso ao endividamento bancário, situação que piorou bastante com a transferência das receitas, mais de 3,5 milhões de euros, suportados pela população de Almeirim, das águas e saneamento para as Águas do Ribatejo.-----

-----Como podemos constatar a falta de ideias e de projectos, conjugado com a incapacidade de uma gestão pública dos interesses públicos da população de Almeirim, uma "gestão que apenas privilegia os interesses particulares de alguns poucos", conduziu a Câmara de Almeirim a uma situação de completa falência de meios e recursos, que esperamos poderá e deverá ser tipificada como de administração danosa de bens públicos pelas entidades tutelares pelos processos judiciais e de investigação que actualmente decorrem.-----

-----Não deixa de ser "hilarante" a previsão de obtenção de

comparticipações da de Fundos Comunitários de cerca de 4,2 milhões de euros, quando no plano de actividades municipais para 2011, se encontram definidos investimentos de apenas e só 2.480.650 euros! Quando todos sabemos que não só a área das águas e saneamento foi entregue a uma empresa como agora e mais uma vez, prejudicando a população de Almeirim foi entregue, também a uma outra empresa as competências da requalificação da área urbanística, de maior valia no nosso Concelho, sendo ao mesmo tempo isenta de pagamento do IMT e do IMI, quando aos cidadãos de Almeirim foram exigidos aumentos escandalosos destes impostos.-----

-----Lamentamos na persistência duma leitura errada dos interesses urbanísticos do concelho, e perguntamos que interesses, decerto estranhos ao interesse público municipal, estarão por detrás destas situações?-----

-----O plano de actividades proposto não integra actividades que se considerem relevantes para o Concelho e que devia "reflectir as prioridades duma gestão responsável e transparente num quadro de dificuldades que tem vindo a condicionar, por um lado, a arrecadação das receitas municipais e, por outro lado, a necessidade crescente de apoios sociais, ao investimento e ao emprego", completamente omissa sem estratégia e sem visão que possa atingir esses fins,-----

-----Consideramos, sem dúvida, que estamos no meio de uma crise sem precedentes, por isso temos o dever de reflectir de qual é, ou pode ser o contributo da autarquia para a minimização da crise instalada, reduzindo os encargos das pequenas e médias empresas e dos nossos cidadãos em geral e recorrendo a meios para dinamizar a economia no Concelho.-----

-----Trata-se de um Concelho sem futuro, de uma "pretensa gestão de dinheiros públicos" que omite completa a necessidade de um conjunto de medidas sociais e de relançamento da economia do nosso concelho, que dinamizaria a economia, e pretenderia satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e das famílias do nosso Concelho.-----

-----Consideramos também que, para além do acompanhamento social que a Autarquia tem o dever de desenvolver para ajudar a população, tanto mais que já existem no nosso Concelho algumas famílias que não compram medicamentos mais caros por não conseguirem pagá-los, são situações de vulnerabilidade, que têm de ter uma resposta imediata, não deixando de defender uma elevada exigência e rigor na avaliação dessas situações.-----

-----No âmbito da Acção Social, não foi feito o levantamento de todas as situações que envolvem os idosos existentes no Concelho, não só com o objectivo de aumentar a eficácia dos apoios, mas também para a prestação de auxílio, nomeadamente necessidades de cuidados continuados de saúde, participação nos medicamentos e entrega de refeições ao domicílio dos idosos mais carenciados, bem como suportar os custos de pequenas reparações ou avarias em habitações onde residam.-----

-----O desenvolvimento e apoio a projectos e acções que atenuem o isolamento e a solidão da população idosa como uma das prioridades do Município nesta área, em especial com as iniciativas de cooperação e parceria com as Instituições de Solidariedade Social, actores preponderantes do sector e promotores de actividades muito importantes para o bem-estar social da população e para o desenvolvimento socioeconómico local.-----

-----A criação de uma Unidade Móvel de Saúde para percorrer todas as localidades do concelho, realizando rastreios da glicemia, tensão arterial e peso, prestando cuidados básicos de enfermagem e sensibilizando para estilos de vida saudáveis.-----

-----Temos a obrigação e a responsabilidade de não virar as costas aos problemas e não disfarçar da existência dos mesmos.--

-----Não há uma aposta nos sectores económicos estruturantes fundamentais, nem na coesão social, sinal de que a crise no nosso Concelho é e vai ser muito mais difícil. Não admira que o desemprego e a exclusão social no concelho de Almeirim já sejam das maiores do distrito de Santarém e dos mais elevados a nível

nacional.-----
-----Ao que chegámos!-----
-----Não desistiremos do rigor, da transparência e da legalidade na apresentação de propostas com as quais pretendemos defender o interesse dos cidadãos de Almeirim e combater os interesses instalados que tanto tem prejudicado a população de Almeirim.---
-----Quem propôs tais documentos e quem o viabilizou pela voto favorável ou pela abstenção assumirá perante os cidadãos a responsabilidade de executar opções que julgamos erradas e de permitir adiamentos que consideramos desnecessários. Nós entendemos que podia ser feito, desde já, diferente e melhor.---
-----Por isso o nosso voto contra e de vencidos, mas também de denuncia e que nunca conseguirão abafar a nossa voz que por ser a da nossa consciência e a da população de Almeirim, mais tarde ou mais cedo será feita a devida justiça e o competente apuramento de responsabilidades.-----
-----Este é o Orçamento do PS. O MICA reconhece a sua legitimidade, mas também a sua pobreza, mas demarca-se deste documento que merece a nossa completa discordância."-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que as despesas da Câmara com pessoal não são muito elevadas, até porque é uma Câmara que tem uma estrutura leve e não há excesso de pessoal, o que falta são transferências da Administração Central. Em relação às taxas disse que não tem conhecimento das que possam aumentar, pois os únicos valores diferentes são aqueles que foram presentes a reunião de câmara relativamente à alteração do Regulamento de Taxas e Licenças. Disse ainda, que em relação ao Orçamento, a este e a todos os outros, fossem ou não discriminados os aspectos económicos, nunca nenhum teve aprovação por parte da oposição. Lembrou que em relação à Zona Industrial, houve fortes criticas por parte da CDU.-----
-----O Vice Presidente continuou, para falar de toda a colaboração que tem havido ao longo dos anos para o desenvolvimento do Concelho, por exemplo, com as adegas, com a

criação da Encherim, que permitiu requalificar toda aquela zona.-----

-----Referiu mais dois investimentos importantíssimos ao desenvolvimento do Concelho, o Estabelecimento Prisional, e a vinda do Serviço de Protecção Civil, já que ambos, obviamente já têm funcionários, mas que trarão sempre novos postos de trabalho. Em relação aos DAE (desfibriladores automáticos externos), explicou que são aparelhos que anteriormente eram só utilizados por médicos, mas que hoje em dia, qualquer pessoa o poderá usar depois de uma formação, sendo que o médico só continua a ser responsável pelo aparelho. O objectivo é ter equipamentos com o aparelho disponível, em que numa primeira fase serão os funcionários a utilizar, mas que mais tarde estará ao alcance de qualquer cidadão. Por fim, referiu que embora infelizmente haja uma baixa no orçamento, esta é a tendência normal, pois as grandes obras e investimentos já foram concretizados, o que passará a haver são obras mais pequenas, e depois a manutenção de todas.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo voltou a usar da palavra, para falar em relação à área de actividades diversificadas. Disse que em relação ao desenvolvimento deste tipo de actividades, e neste caso, a Alorna, provavelmente a localização tem a ver com quem promove, já que o interesse é deles, mas as infra-estruturas são muito longe o que acarreta mais custos, sendo que o mais importante é haver o correcto planeamento.-----

-----Em relação aos apoios dados às adegas, mencionou que este não é um apoio estratégico, o mesmo resulta da dificuldade da adegas no pagamento do IMI.-----

-----Em resposta à questão do estabelecimento prisional, o Senhor Vereador Aranha Figueiredo dirigiu a palavra ao Vice Presidente para dizer que este fala da prisão com se esta fosse uma obra muito importante, quando na verdade acha que a mesma desqualifica o Concelho. Que enquanto hoje se fala de Almeirim,

associada a coisas boas, (sopa da pedra), passará a ser o concelho da prisão.-----

-----Quanto aos desfibriladores, esclareceu que não põe em causa a sua utilidade, mas sim o facto de ser a Câmara a pagá-los, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu que é para ser colocado em empresas municipais e que a saúde nunca irá pagar.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo discordou do Vice Presidente quando este diz "o orçamento tende a diminuir o seu valor", diz ser esta uma questão de muita importância, e que esta visão do Senhor Vice Presidente é muito redutora para o futuro, o que o deixa muito preocupado, não concorda com a aceitação desta condição, de irmos para baixo, deste derrotismo do não ser capaz.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que não foi isso que disse, mas sim, que naturalmente há um conjunto de grandes obras, tal como pavilhões, circulares, centros escolares, parques urbanos, cine teatro, casa da cultura, etc, que já foram construídos, e que a partir deste momento requerem somente manutenção.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, voltou a usar da palavra dizendo:"É minha grande preocupação perceber que se pensarmos que estamos a chegar ao topo do desenvolvimento, está mal, temos que lutar por um nível mais alto relativamente ao desenvolvimento actual."-----

-----O Vice Presidente respondeu que:" Quando terminar o QREN em 2013, e dependendo das negociações com a U.E., se não houver estes milhões para infra-estruturas, as câmaras não terão capacidade para continuar a fazer as obras que fizemos. Temos que perceber que, TENDENCIALMENTE, terão que existir diminuição em algumas áreas. Penso que neste aspecto também a regionalização era importante, já que daria autonomia às câmaras. Quero referir que a questão económica é sempre uma

questão de muitas opiniões, e que temos dado sempre muito apoio ao desenvolvimento e promoção do nosso concelho, exemplo disso é certamente o caso do estabelecimento prisional em que haverá centenas de funcionários directos e centenas ou milhares indirectos, e que através do aumento do numero de pessoas que passarão a viver cá, e pagar os seus impostos, que possivelmente cá farão as suas compras, outro caso são as famosas infra-estruturas do Parque das Tílias, que obviamente foram muito criticadas, mas que foi das obras mais importantes que fizemos no concelho, o caso do investimento feito na Encherim, que foi outro investimento fundamental. Também, a Associação de Regantes que contribui para a nossa riqueza, até com a Torriba, por parte da Autarquia tem havido toda a colaboração para o seu desenvolvimento, a disponibilização a nível da componente de apoio à família, a garantia de almoços nas escolas. Tudo isto são factores de ajuda ao desenvolvimento económico do concelho."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, respondeu que é com agrado que regista a posição do Vice Presidente em relação à regionalização. Continuou dizendo que a grande questão é que só com uma nova politica é que os problemas se resolverão. O mesmo Autarca disse ainda que:" É de grande importância a necessidade de apoiar o desenvolvimento económico do nosso concelho e que todos os aspectos focados pelo Senhor Vice Presidente são atitudes pontuais, e que tem de ser a Câmara a garantir e ter uma visão estratégica para o desenvolvimento do concelho, e não esperar que nos solicitem apoios. Continuo a batalhar para que este documento venha a ter um conteúdo mobilizador, e que seja divulgado. Isto é que melhora e galvaniza a actividade do concelho. Mas pelo contrário, o documento apresentado cumpre e mal o seu objectivo, porque foi elaborado como que por uma obrigação, que tem de ser feito e nada mais."-----

-----O Senhor Presidente usou da palavra, e contrapôs que

normalmente em vez de escrever e falar muito, tem como atitude agir mais. Deixou ao Executivo o convite para visitar a Torriba, o qual ficou marcado para 17 de Janeiro de 2011, pelas 15 horas. Por fim informou, que há situações que também não há conhecimento através da comunicação social, caso dos apoios às adegas e ainda o facto de ter tratado pessoalmente da compra das frutas por parte do Modelo, às nossas cooperativas.-----

-----O Vereador Francisco Maurício, dirigiu a palavra ao Vereador Aranha Figueiredo, para dizer que concorda com ele, quando disse que este é um documento obrigatório, informando que o mesmo não serve para nada.-----

-----Posto a votação o Plano Plurianual de Investimentos, foi o mesmo aprovado com 5 votos a favor do PS, e 2 votos contra do MICA e CDU.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo fez das declarações prestadas durante o debate do assunto, a sua Declaração de Voto.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício fez da sua intervenção, a sua Declaração de Voto.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos, leu a seguinte Declaração de Voto: "Voto favoravelmente este orçamento, mas não posso deixar de manifestar a minha mágoa pela redução significativa na rubrica "Apoio às actividades Culturais do Concelho", mais de 50% relativamente a 2010. Já nas actividades lúdicas e recreativas, festas, embora com uma redução de mais ou menos 25%, não me choca tanto. Não quero com esta declaração por em causa a razoabilidade, o cuidado e a competência dos serviços de contabilidade e tesouraria e muito menos o pelouro que detém a gestão financeira deste município, a quem continuo a reiterar publicamente o meu voto de confiança também na elaboração deste

documento. No entanto quero deixar bem claro que comparativamente ao Desporto, a Cultura é demasiadamente penalizada. Reforço... a Cultura".-----

-----O Senhor Presidente, fez da introdução do documento a sua Declaração de Voto, que transcrevo:"Neste ano de 2011, particularmente difícil, vamos apresentar o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, que, sendo obrigatoriamente afectado pela situação do País, não deixará, segundo julgamos, de corresponder aos legítimos anseios da nossa população e à satisfação de mais algumas necessidades essenciais.-----

-----Na perspectiva que vamos apresentar, seguiremos apenas as propostas mais significativas, estruturantes, que possam ser financiados pelos fundos comunitários porque não é possível com os nossos meios fazer frente a investimentos deste montante. Começaremos por referir, as intenções previstas, a assumir pela Empresa Águas do Ribatejo por se referirem a infra estruturas básicas no nosso concelho:-----

-----Será concluída a requalificação da ETAR de Almeirim e Alpiarça;-----

-----Será também concluído o reforço do abastecimento de água a Fazendas e Frade;-----

-----Serão construídas a Estação Elevatória e ETAR de Paço dos Negros;-----

-----Será concluída a ETAR da Raposa;-----

-----Serão optimizados alguns troços de rede que devam completar outras obras, como está a acontecer agora com o Largo General Guerra em Almeirim;-----

-----Serão construídas extensões de rede quer em abastecimento de água quer em saneamento que optimizem as redes em funcionamento.-----

-----Sendo estas intervenções da responsabilidade da Empresa Águas do Ribatejo importa agora referir as principais acções que resultam mais directamente da Câmara.-----

-----Começaremos por referir a nossa adesão à Empresa de

Reabilitação Urbana que engloba todos os Municípios da CULT e que tem por objectivo a requalificação de zonas degradadas dos principais Centros Urbanos. Almeirim participará tendo em vista a renovação de zonas urbanas degradadas, como por exemplo no Largo General Guerra e Rua Miguel Bombarda. Outras intervenções haverão em situações mais isoladas.-----

-----Outras acções estruturantes -----

-----Intervenções que andarão ao ritmo possível tendo em conta a dinâmica dos fundos comunitários.-----

-----Passamos a indicar as obras que consideramos da maior importância estratégica, são elas:-----

-----A Construção do Centro Escolar de Fazendas pela sua importância numa área fundamental como a educação.-----

-----Este equipamento, com a inclusão de uma boa biblioteca e com zonas de apoio, de qualidade, entrará em funcionamento no início do próximo ano lectivo;-----

-----A Construção do Troço da Circular Urbana a Almeirim, situada entre a Estrada Vale Barrocas e a Estrada da Fazendas pela acção que vai ter no desvio do transito que assalta diariamente Almeirim, sobretudo a Rua Padre António Vieira. Também prestaremos um melhor serviço à nossa Zona de Actividades Económicas.-----

-----A Casa da Cultura das Fazendas, equipamento que sob o ponto de vista cultural é fundamental para as Fazendas que tem necessidade de diversificar e criar novas actividades culturais, não podemos ignorar o enriquecimento paisagístico que aquele projecto e o arranjo da envolvente virá trazer à Freguesia.-----

-----A Construção da Rotunda em Fazendas, ordenadora do transito no centro daquela Vila.-----

-----A Requalificação do Centro Cívico de Benfica do Ribatejo, prevemos que o centro da Urbanização do Alqueve há muito considerado amplo e adequado para trazer uma requalificação à Freguesia de Benfica, venha a receber um arranjo paisagístico na envolvente ao Pavilhão Desportivo, incluindo, espaços desportivos de ar livre e de lazer que muito venha a enriquecer

a Freguesia.-----
-----Para além disso virá a receber um parque de estacionamento nas traseiras da Escola do Primeiro Ciclo.-----
-----Melhorias na Raposa, também esta Freguesia não passa despercebida, irá receber uma protecção para peões entre a Raposa e os Biscais e será elaborado um projecto de requalificação do espaço de merendas, para execução futura.-----
-----Naturalmente nesta descrição não se incluem outras pequenas obras, certamente importantes, mas que seria fastidioso estar a enumerar porque resultam da nossa actividade corrente.-----
-----Aspecto importante que não devemos deixar passar em claro é a conclusão da revisão do PDM, cujo estudo está a terminar. A sua discussão e eventual aprovação passará neste ano de 2011 pelos órgãos autárquicos com essa competência."-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----DIREITO DE PREFERENCIA - Foi presente o requerimento em nome Carlos Manuel de Jesus da Costa, solicitando certidão da Autarquia do eventual uso de direito de preferência, da venda que pretende fazer da fracção autónoma, designada por letra "G", correspondente ao terceiro andar direito, bloco 29, do prédio urbano sito na Avenida D. João I, em Almeirim.-----
-----Dada a urgência por parte do requerente, foi emitida certidão da Autarquia com Despacho do Senhor Vice Presidente, de 13 de Dezembro de 2010, com indicação de que a Câmara não pretende usar do direito de preferência sobre a fracção indicada.-----
-----A Câmara deliberou ratificar o Despacho acima mencionado.--

-----PROPOSTA DE ADITAMENTO À ACTA DA DELIBERAÇÃO DE CAMARA DE 05 DE MARÇO DE 2007 - O Senhor Vice-presidente apresentou a

seguinte proposta:-----

-----Nos termos das disposições contidas na alínea f) do numero 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do artigo 18º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de Junho e do artigo 148º do CPA, apresento a seguinte proposta de aditamento à Acta da deliberação de câmara de 05 de Março de 2007:-----

-----É necessária a autorização do executivo camarário para que a firma "André Mesquita - Automóveis Lda., com o NIPC 504928864 proceda à aquisição do lote n.º 117-A, sito na Zona de Actividades Económicas de Almeirim (Zona Industrial), na freguesia e concelho de Almeirim, com a área de 2.644,60 m², o qual confronta do Norte com os lotes 115 e 116, do Sul com o lote 117-B, de Nascente com Equipamento de utilização pública e do Poente com a Rua J, inscrito na matriz sob o artigo 8762, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o n.º 06366, pelo valor de € 46.174,72 determinado pelos Serviços da Câmara Municipal de Almeirim tendo já sido pago pela referida firma "André Mesquita - Automóveis, Lda." O valor de 30.921,66, estando apenas em falta o montante de € 15.253,06, pelo que se pede autorização para realizar a compra, por esse valor, procedendo assim ao aditamento da Acta da deliberação de câmara de 05 de Março de 2007;-----

-----Que a referida aquisição por compra e, atendendo ao valor de € 46.174,72 determina que seja a câmara a ter competência para conceder a referida autorização, nos termos do artigo 18º do D.L. 197/99 de 8 de Junho, para a aquisição e posterior celebração desse contrato de compra e venda, por parte do Município de Almeirim, pelo que se pede a referida autorização para esse efeito, bem como se deverá reger a referida compra e venda, pelas cláusulas existentes no Regulamento de Construção, Venda e Transmissão de Lotes na Zona de Actividades Económicas de Almeirim, para onde se remete.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----ACTAS - Foi distribuída pelo Executivo a acta de 6 de
Dezembro para apreciação, e posterior aprovação.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de
Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores
Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das
senhas de presença.-----

-----Às onze horas e quarenta minutos foi encerrada a reunião.--

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,
que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica